

O que levou prefeitos do PT a mudar de partido para disputar um segundo mandato em 2016?¹

Bruno Speck²

Daniela Mussi³

1. Introdução

Este texto combina a reflexão a respeito de um fenômeno substantivo da política brasileira contemporânea com um exercício metodológico de comparar diferentes técnicas de análise para entender o fenômeno. Trata-se da migração partidária.

O padrão encontrado na maioria das democracias consolidadas são vínculos de longa duração entre políticos e partidos. Tipicamente os políticos permanecem filiados ao mesmo partido durante toda carreira política. A explicação mais convincente para este padrão vem da sociologia política que aponta para o recrutamento de elites políticas pelas organizações partidárias, os laços orgânicos entre os políticos e partidos a quem eles devem sua carreira e o poder disciplinar dos partidos para sancionar dissidentes que terão dificuldade de fazer carreira em outro partido. Nesta concepção a metáfora mais apropriada para a filiação partidária é o casamento planejado para sempre, não a sociedade pragmática.

Nas novas democracias o laço entre partidos e lideranças é mais tênue. Políticos mudam de partido com certa frequência e a análise do fenômeno ganhou espaço na ciência política.⁴ A regularidade com que este fenômeno ocorre levanta questões importantes sobre o papel dos partidos políticos, a sua consolidação institucional, a sua capacidade de servir como atalho informacional para os eleitores se orientarem no mar de políticos disputando cargos eletivos e de organizar a ação coletiva dos políticos eleitos. No caso brasileiro o fenômeno é tratado sob o conceito da migração partidária. Uma série de trabalhos recentes aborda a questão da migração partidária no Brasil e em outros países. Este texto recapitula algumas destas contribuições e dialoga com elas no contexto de uma análise de casos específicos de migração partidária no Brasil.

O ponto de partida, aqui, é compreender as razões que levaram prefeitos petistas a mudarem de partido para disputar a reeleição em 2016. Do ponto de vista das escolhas racionais, a migração partidária está associada ao resultado de um cálculo de custos e benefícios em relação à

¹ Texto elaborado para apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, da ALACIP, a ser realizado entre os dias 26 e 28 de julho em Montevidéu.

² Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

³ Pós-Doutoranda do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Bolsista CAPES.

⁴ O fenômeno é conhecido sob diferentes nomes como *party switching*, *floor crossing* ou *party defection*, segundo Janda (2009) que analisou as medidas regulatórias a respeito do assunto.

manutenção do mandato. Do ponto de vista dos constrangimentos institucionais resultantes da força dos partidos, por outro lado, a migração partidária se revela como decisão que comporta ônus – no caso brasileiro, isso é tradicionalmente particularmente verdadeiro para o Partido dos Trabalhadores, cujas taxas de migração sempre foram muito abaixo da média dos demais partidos. A interpretação a respeito da fidelidade partidária dos mandatos proporcionais e majoritários, que entre 2007 e 2015 estabeleceu o partido como titular dos mesmos, também conta como constrangimento aos cálculos de oportunidades dos políticos

Por meio de dois exercícios metodológicos, um de natureza quantitativa e outro qualitativa, pretendemos abordar a contribuição de diferentes técnicas de análise para entender as causas do fenômeno da migração partidária no contexto das eleições brasileiras de 2016. Começamos com o exercício de análise quantitativa dos dados sobre prefeitos petistas que se recandidatam para um segundo mandato no Brasil nas eleições municipais 2016, mostrando quais os achados de uma análise baseada em técnicas de regressão estatística. Nessa análise trabalhamos com fatores vinculados ao candidato, como idade, gênero e raça; características da competição eleitoral como a votação do prefeito e da sua coligação na última eleição; e fatores contextuais, como o tamanho do município e partido do governo do estado. A técnica da regressão permite identificar o quanto cada um destes fatores isoladamente contribui para explicar porque um prefeito muda de partido.⁵

O segundo exercício consiste na análise dos processos causais de um caso específico de mudança de partido por um prefeito petista na campanha para a reeleição. Neste caso nos orientamos pelo método de reconstrução detalhada dos mecanismos causais que levaram um prefeito específico do PT a optar por mudar de partido na eleição municipal em 2016. O enfoque aqui recai sobre a reconstrução detalhada das diferentes atitudes e decisões dos atores envolvidos neste processo. Seguimos Beach e Pedersen (2016) que separam os dois passos de estabelecer e justificar primeiro as implicações empíricas dos respectivos mecanismos parciais da hipótese para depois verificar se o material empírico permite verificar a presença destes elementos.

A estrutura do texto

O texto segue no capítulo dois com uma breve recapitulação da literatura sobre a fidelidade partidária de lideranças eleitas, tanto para o caso brasileiro como para outros países. Em seguida passamos para uma análise dos principais atores envolvidos na sequência de acontecimentos e decisões que levam (ou não) ao divórcio do partido. O enfoque principal nesta análise está na estrutura de oportunidades diante das quais estes atores se encontram.

Após mostrar o leque de escolhas possíveis passamos no capítulo três a um breve balanço sobre as decisões efetivamente tomadas. Este exercício descritivo dos dados se aplica tanto à análise quantitativa como ao estudo de caso. Quanto à análise quantitativa comparamos as escolhas de prefeitos petistas em 2016 (de permanecer ou migrar para outro partido) com as escolhas de prefeitos de outros partidos e em outras eleições, para conhecer melhor o dado e entender como ele se encaixa no contexto. A análise do caso singular é igualmente precedida por

⁵ Nos limitamos a modelos aditivos de regressão, testando a contribuição isolada de cada fator para explicar o fenômeno. Não aplicamos modelos interativos, mas reconhecemos que estes permitiriam analisar relações mais complexas de causalidade.

um mapeamento de casos de migração, das suas fases e possíveis determinantes, antes de entrar na análise causal de um caso específico.

O quarto capítulo é dedicado às técnicas de análise: a regressão logística para explicar o comportamento de todos os prefeitos petistas candidatos à reeleição em 2016 e a análise detalhada dos mecanismos causais em um único destes casos. O texto conclui com uma comparação dos achados substantivos e com comentários sobre as duas técnicas de análise aplicadas.

2. A fidelidade partidária na literatura da ciência política

A discussão sobre a migração partidária no Brasil até o momento se concentrou quase exclusivamente no cargo dos Deputados Federais. Nesta abordagem a literatura sobre o caso brasileiro acompanha a emergente produção internacional que igualmente foca no Legislativo. Uma primeira onda de trabalhos sobre o Brasil tentou descrever e quantificar o fenômeno da migração. Estas pesquisas mostraram que as migrações entre 1980 e 1995 estavam mais numerosas porque em parte ainda estavam vinculadas à reorganização do sistema partidário. Blocos de parlamentares fundaram ou migraram para partidos antes ainda vedados pela legislação partidária herdada da ditadura militar. Com a queda destas restrições e a criação de siglas à esquerda os deputados abrigados em outras siglas migraram para os partidos mais perto da sua orientação política. Esta periodização está vinculada à busca pelas causas da migração que neste caso são fatores atrelados ao sistema partidário. Grande parte das migrações neste primeiro período não são decisões individuais, mas fazem parte de reagrupamentos de setores partidários.

As migrações no período seguinte não são mais fenômenos coletivos, mas movimentos individuais. Diniz (2000) e Melo (2000) mostram que incentivos muito específicos levam partidos e candidatos a engajarem no jogo de mudança de cadeiras. Diniz ressalta a questão do acesso dos partidos ao horário eleitoral, definido em função da força dos partidos na Câmara dos Deputados. A coincidência entre as migrações e a data limite para definir a participação de cada partido no tempo gratuito de propaganda para a próxima eleição é uma prova convincente para argumentar que a causa da troca de partido pelos parlamentares seja esta. Outro pico de migração há no início do ano quando a força dos partidos define sua participação nas instancias internas do Legislativo como Mesa e Comissões. Para Melo (2004) há fortes incentivos para os Deputados Federais vinculados à ocupação destes cargos no Legislativo para promover sua carreira por meio da migração partidária.

Freitas (2012) identifica outros motivos na intersecção de interesses do partido e do parlamentar como responsáveis por migrações. Enquanto analise anteriores enfocaram a arena parlamentar ela aponta para a arena eleitoral. Partidos que querem ampliar a sua presença em determinados redutos eleitorais podem usar a migração de candidatos com apelo eleitoral na região para acelerar este processo.

Outra linha de argumentação aparece em Melo (2004) e também em Desposato e Schneider (2007). Estes trabalhos sugerem uma tendência dos Deputados migrarem para partidos que estão no governo. A ideia é que esta migração aumenta os benefícios que podem ser obtidos pelos Deputados. Mesmo que os dados nestas análises sejam convincentes e Desposato e Schneider trabalharemos com uma perspectiva comparada, a não especificação dos benefícios

envolvidos nestas migrações deixa dúvidas sobre os mecanismos causais envolvidos nesta explicação.

Em praticamente todos os trabalhos citados a estrutura do argumento se baseia numa avaliação de custos e benefícios da migração para os políticos e os partidos envolvidos. Desposato (2006) investiu na formalização de um modelo de análise, também nesta linha. Por outro lado a perspectiva da socialização, do recrutamento e da fidelização das lideranças pelos partidos políticos, ainda presentes em trabalhos anteriores (Santos, 1997, 2001), não teve grande relevância na pesquisa mais recente.

A vantagem do enfoque sobre os Deputados Federais é a possibilidade de diálogo com a literatura internacional. No entanto, a comparação com a migração de políticos ocupando outros cargos requer vários ajustes. Comparando os Deputados Federais com os Prefeitos percebemos que os cargos apresentam muitas diferenças que incidem sobre a questão da migração. Entre elas, por exemplo, o contraste entre a disputa majoritária para prefeito e a eleição proporcional de lista aberta para deputado; ainda na arena eleitoral temos a limitação dos prefeitos ao exercício de no máximo dois mandatos consecutivos em comparação com a possibilidade de reeleição ilimitada dos Deputados; os desafios de gestão da prefeitura sem dúvida contrastam com o a inserção do Legislador nos trabalhos parlamentares. Finalmente cabe mencionar a questão da regulação legal sobre a perda de cargo para o partido em caso de migração do titular durante o exercício do mandato, válida tanto para cargos majoritários como proporcionais. Decisões do TSE de 2007 e 2015 sobre esta questão tiveram um profundo impacto sobre a questão da migração partidária.

As diferenças entre os ocupantes dos dois cargos são muitas e, assim, o que aproveitamos da literatura nacional é internacional é a lógica do argumento: ele começa com a descrição da estrutura de oportunidades que os partidos e políticos encontram (as escolhas objetivas que estão à disposição), avança para o mapeamento dos incentivos que levam continuidade da sociedade ou à migração partidária e culmina com a identificação das causas da migração a partir dos nossos dados específicos sobre prefeitos do PT em 2016.

O contexto dos prefeitos do PT disputando a reeleição em 2016

As eleições municipais de 2016 parecem um bom objeto para investigação e discussão da migração partidária dos prefeitos. Por um lado, o aprofundamento da crise econômica nacional – com forte desaceleração do crescimento, aumento do desemprego e da inflação – gerou uma situação de recessão econômica duradoura que exerceu pressão eficaz sobre cidadãos e políticos. Os protestos multitudinários de junho de 2013 confirmam a generalização ampla e diversificada do descontentamento social. Na “sociedade política”, por sua vez, é possível perceber sinais de fragmentação institucional e política em distintos níveis.

Neste ínterim, a decisão unânime do plenário Supremo Tribunal Federal (STF), em fins de maio de 2015, de que a fidelidade partidária não se aplica aos cargos do sistema majoritário de eleição (prefeito, governador, senador e presidente da República) parece preparar um terreno novo para a disputa. Esta decisão antecipou um cenário de fragmentação e reorganização partidária, invertendo o sentido com que a mesma instituição julgara a fidelidade partidária dos mandatos majoritários em 2007, por ocasião da extensão do julgamento desta matéria com relação aos mandatos parlamentares proporcionais, em um contexto político de transformação

radial dos partidos de oposição à coalizão nacional organizada e liderada pelo PT a partir de 2003 e reeleita nas eleições presidenciais de 2006 (Novaes, 2014, p. 14).

A corrida eleitoral municipal de 2016, neste sentido, faz parte deste momento novo. Reconstruir seu processo pode contribuir para pensar as dinâmicas do sistema político brasileiro em um contexto específico, de crise política e institucional. As disputas subnacionais de 2016 ativaram e singularizam alguns dos aspectos deste sistema cuja compreensão é fundamental para a aposta em sua força ou fraqueza, na continuidade ou ruptura de sua estrutura. Precisamente porque os processos políticos locais se relacionam de maneira direta e orgânica aos nacionais, estabelecem pontos de contato que estão longe de serem apenas simbólicos ou conjunturais (Idem, 2014).

O estudo da migração partidária para as eleições municipais de 2016 é particularmente interessante para explorar analiticamente as ideias e problemas já expostos. Trata-se de um processo eleitoral realizado em condições difíceis para os partidos da coalizão ao redor do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal, que desde meados de 2015 passou a sofrer quedas drásticas no índice de aprovação e apoio a seus representantes subnacionais. Além disso, um contexto em que o PT sofre o impacto dos escândalos de corrupção investigados, particularmente pela Operação Lava-Jato, com a ameaça de prisões e conduções coercitivas, forte formação de imagem negativa na opinião pública e, finalmente, o impeachment da presidenta reeleita pelo partido em 2014, Dilma Rousseff.

3. Descrição quantitativa e qualitativa dos dados

Um dos procedimentos tanto nas análises quantitativas ou qualitativas é o conhecimento descritivo dos dados sob investigação. Antes de testar teorias específicas sobre as causas de migração, seja por meio de abordagens quantitativas ou qualitativas, precisamos sondar o campo e conhecer os fenômenos sob investigação sem o filtro forte de uma teoria sobre as causas específicas. Descrições a-teóricas são impossíveis. Qualquer descrição carrega uma teoria latente sobre o que é importante e o que é secundário a ser observado. Mesmo assim podemos separar a análise dos dados enfocando o teste de determinadas hipóteses da garimpagem e sistematização de fatos dados sem delimitação e classificação clara da relevância de determinados detalhes.

Em seguida nos dedicamos a esta tarefa em duas etapas. Primeiro exploramos o conjunto dos dados por meio de estatística descritiva. Depois recuperamos o contexto da migração para alguns casos ilustrativos.

As escolhas efetivas de partidos e candidatos

Uma primeira avaliação importante se refere às escolhas efetivamente realizadas pelos candidatos e partidos na decisão de disputar um segundo mandato. Quantos prefeitos optaram por disputar um segundo mandato e quantos destes permanecem no mesmo partido? E do ponto de vista dos partidos que controlaram a prefeitura, quais são as escolhas das organizações partidárias? Mais especificamente: quantos partidos concorrem com o mesmo candidato e quantos disputam com outro candidato?

A **Tabela 1** informa sobre as taxas de permanência e mudança de partido sobre um período maior (2004 a 2016) de eleições municipais no Brasil. Verificamos (na primeira linha da segunda coluna) que dos 515 prefeitos eleitos em 2000 pelo DEM que disputaram um segundo mandato na eleição seguinte 21% mudaram de partido nesta eleição de 2004. Avaliando o conjunto das quatro eleições a tabela informa (na última linha da última coluna) que um em cada quatro (27%) dos mais de 10 mil candidatos analisados disputou o segundo mandato por um partido diferente daquele pelo qual foi eleito prefeito quatro anos antes. Esta taxa pode ser considerada alta quando comparada com o padrão de migração partidária de democracias mais antigas. Levantamentos sobre as taxas de migração entre deputados em democracias mais antigas alcançam menos de um em cada vinte políticos (Heller e Mershon 2009, 11).⁶ Nas democracias novas estas taxas tendem a ser mais altas.⁷

⁶ Analisando períodos legislativos dos anos 1990 os autores chegam a taxas de migração de 0,2% para os Estados Unidos, 1% para o Reino Unido, 2% para Canadá, 4% para a França, 2% para Alemanha e 1% para a Espanha. Taxas mais altas são encontradas para Itália (27%), Nova Zelândia (12%) e Japão (7%).

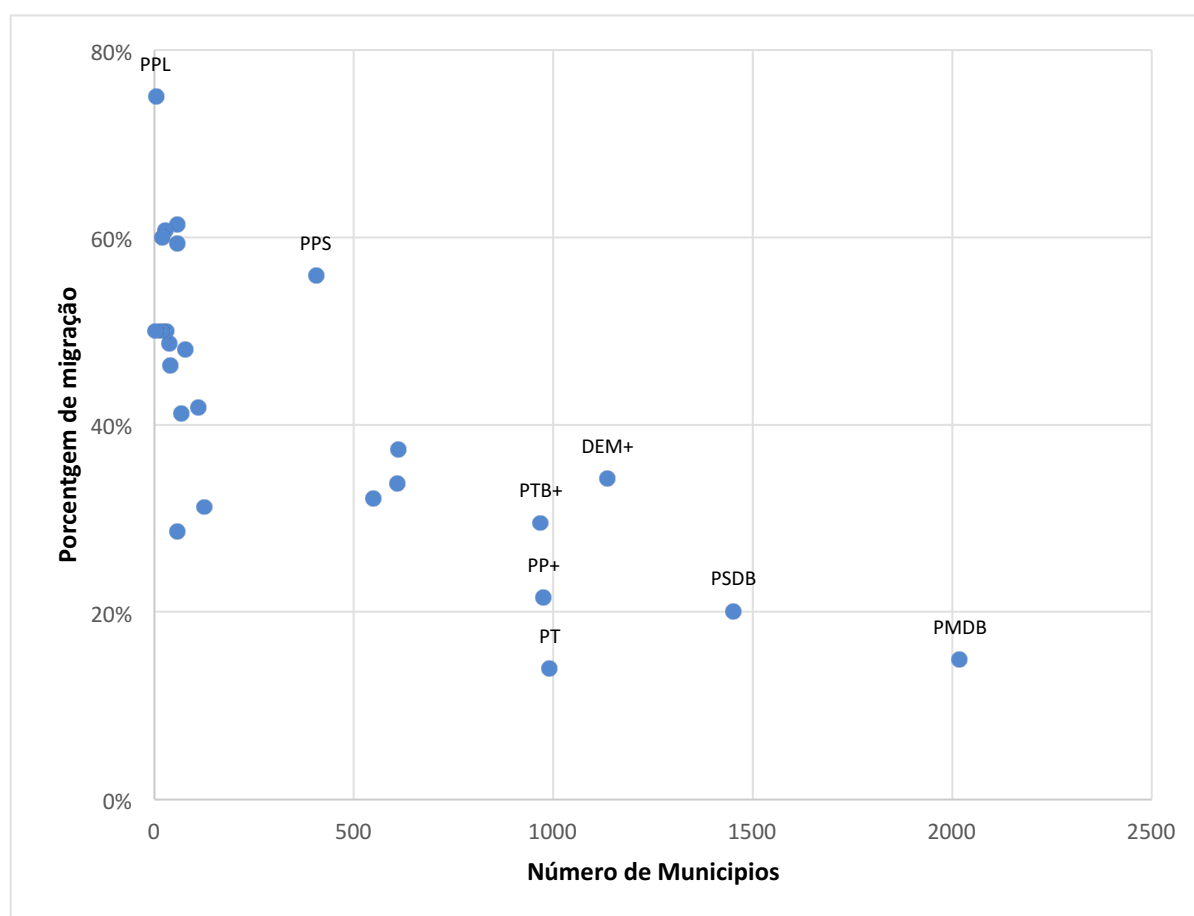
⁷ Ainda segundo os mesmos autores as taxas das novas democracias são mais altas (Rússia 33%, Ucrânia 56%, Turquia 22% e Hungria 13%). A taxa informada para o Brasil é de 39%, 33% e 36% para as legislaturas de 1991 a 1994, 1995 a 1998 e 1999 a 2002.

Tabela 1: Migração partidária de prefeitos que disputam um segundo mandato (2004 a 2016)

	2004		2008		2012		2016		2004-2016	
PARTIDO	TOTAL (N)	MUDOU (%)	TOTAL (N)	MUDOU (%)	TOTAL (N)	MUDOU (%)	TOTAL (N)	MUDOU (%)	TOTAL (N)	MUDOU (%)
PMDB	515	21%	563	13%	466	9%	474	16%	2018	15%
PSDB	363	25%	417	23%	330	17%	341	14%	1451	20%
DEM+	414	26%	389	40%	208	40%	123	33%	1134	34%
PT	109	5%	287	11%	282	5%	312	28%	990	14%
PP+	260	25%	298	26%	238	16%	179	16%	975	22%
PTB+	225	49%	246	33%	150	8%	347	23%	968	30%
PR+	112	41%	233	43%	140	28%	125	34%	610	37%
PDT	151	48%	172	35%	146	24%	139	27%	608	34%
PSB	71	58%	104	25%	140	15%	233	38%	548	32%
PPS	92	48%	181	70%	67	40%	66	45%	406	56%
PV	5	60%	40	40%	36	11%	44	36%	125	31%
PSC	19	58%	10	40%	32	28%	49	45%	110	42%
PMN	8	38%	21	48%	26	38%	22	64%	77	48%
PRB					26	27%	42	50%	68	41%
PSL	16	63%	19	68%	11	36%	13	62%	59	59%
PRP	10	60%	28	75%	10	50%	9	33%	57	61%
PCdoB			7	57%	22	23%	27	26%	56	29%
PTdoB	6	17%	15	53%	5	60%	15	47%	41	46%
PHS+	5	60%	16	56%	5	20%	11	45%	37	49%
PTC+	1	100%	12	67%	9	22%	8	50%	30	50%
PRTB	2	100%	11	73%	8	38%	7	57%	28	61%
PSDC	3	33%	8	88%	6	50%	3	33%	20	60%
PTN	1	0%	2	100%	4	50%	9	44%	16	50%
PPL							4	75%	4	75%
PSOL							2	50%	2	50%
Total	2388	31%	3079	31%	2367	18%	2604	26%	10438	27%

Para ilustrar a relação entre a ordem de grandeza dos partidos e a taxa de migração reproduzimos as últimas duas colunas no **Gráfico 1**. O número de municípios nos quais o partido teve prefeitos em exercício disputando a reeleição está na representado no eixo horizontal. A porcentagem destes prefeitos que resolveu mudar de partido para disputar um segundo mandato está o eixo vertical. Verificamos que os pequenos partidos perdem mais prefeitos que os grandes. Mas mesmo nestes, as taxas de abandono estão acima de 15%.

Gráfico 1: Taxas de migração e ordem de grandeza dos partidos



Voltando à tabela 1 e conduzindo esta análise para os dados aqui analisados verificamos que as taxas de migração dos prefeitos do PT (linha cinza) eram as mais baixas entre os primeiros 10 partidos por ordem de grandeza, com uma taxa de 5% em 2004, 11% na eleição seguinte e novamente 5% em 2012. A taxa de 28% de migração em 2016 para os prefeitos do PT encerra este excepcionalismo, colocando o partido próxima dos outros partidos grandes. Serão estes dados que analisaremos.

Os migrantes do PT

O campo dos prefeitos petistas eleitos em 2012 que disputaram um segundo mandato em 2016 engloba 312 políticos, dos quais 88 concorreram por outro partido em 2016. Porque o fizeram? Esta será a pergunta que tentaremos desvendar aqui, lançando mão de diferentes abordagens. Começamos pela descrição do conjunto destes dados, para depois descrever a separação em alguns casos concretos.

Para ter uma primeira ideia se o contexto político estadual tem um papel importante olhamos as migrações dos prefeitos petistas pelo prisma dos estados (**Tabela 2**). Verificamos que há uma distribuição desigual das migrações dos prefeitos petistas. Esta oscilação extrema não é resultado de números pequenos. Ordenando os estados pela presença numérica de prefeitos

petistas disputando a reeleição verificamos taxas de migração baixas em Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul quando São Paulo e Paraná apresentam taxas de abandono de mais da metade dos prefeitos. Em todos estes estados o PT tem uma presença numericamente significativa nas Prefeituras. As discrepâncias não parecem ser aleatórias, sugerindo que o contexto estadual pode ser um fator relevante para a decisão de abandonar o partido.

Tabela 2: Migração dos prefeitos do PT por Estado em 2016

PARTIDO	TODOS (N)	MIGROU (%)
MG	61	10%
BA	42	17%
SP	37	59%
RS	35	0%
PR	20	70%
CE	19	5%
SC	14	14%
PI	11	18%
GO	10	60%
PA	9	33%
PE	9	33%
MA	6	17%
MS	5	100%
MT	5	60%
TO	5	60%
AC	4	0%
RJ	4	100%
AM	3	67%
ES	3	33%
AP	2	50%
RN	2	50%
RO	2	0%
SE	2	0%
AL	1	0%
PB	1	100%
BRASIL	312	28%

Um outro fator que poderia ter impacto sobre a migração é o tamanho dos municípios. Na tabela 3 analisamos se as migrações são mais acentuadas nos pequenos municípios, onde possivelmente a filiação partidária é menos importante e os vínculos pessoais contam mais. A tabela sugere que não. Verificamos que tanto os municípios do primeiro e do segundo grupo, com menos de dez mil e até cinquenta mil eleitores, respectivamente, não apresentam taxas de migração muito diferentes dos dois outros grupos, dos municípios até 200 mil e acima de 200 mil eleitores. Para fins de comparação também incluímos as taxas de migração de todos os partidos na **Tabela 3**. Os resultados sugerem que nem na totalidade nem para o PT o tamanho dos municípios influencie de forma significativa a taxa de migração.

Tabela 3: A taxa de migração e o tamanho dos municípios

	ate 10 mil	10 a 50 mil	50 a 200 mil	acima 200 mil
--	------------	-------------	--------------	---------------

PREFEITOS CANDIDATOS (N)	1368	1013	172	51	2604
TAXA DE MIGRAÇÃO TODOS (%)	24%	31%	22%	20%	26%
PREFEITOS CANDIDATOS PT (N)	139	136	28	9	312
TAXA DE MIGRAÇÃO PT (%)	27%	29%	32%	33%	28%

Finalmente analisamos para onde os migrantes do PT vão e qual o impacto da migração para o sucesso eleitoral. Eles migram para partidos próximo do espectro ideológico do partido, para a esquerda ou para a direita? A migração é punida ou recompensada pelos eleitores? A **tabela 4** compila algumas informações a este respeito. Verificamos que os migrantes vão para partidos de esquerda e de direita. O contingente absorvido pelos partidos de esquerda (PSB, PDT e PPS), com 27 prefeitos, é inferior aos migrantes para partidos do centro ou da direita, que absorvem os restantes 61 prefeitos. Vale notar que nenhum dos migrantes do PT optou por um partido que está situado à esquerda mais radical, como PSOL ou PSTU.

Tabela 4: Partidos de destino dos prefeitos migrantes do PT

PARTIDO	TOTAL (N)	MIGRAÇÃO
PSD	18	20%
PSB	12	14%
PDT	11	13%
PMDB	9	10%
PR+	7	8%
PTB+	6	7%
PROS	5	6%
PPS	4	5%
PSDB	4	5%
PP+	3	3%
PSC	3	3%
PEN	1	1%
PHS+	1	1%
PRB	1	1%
PRP	1	1%
PSL	1	1%
PV	1	1%
TODOS	88	100%

Finalmente cabe também analisar a repercussão da migração partidária sobre o sucesso eleitoral. Como o eleitorado reage ao abandono do partido original e à candidatura por outra legenda? A **Tabela 5** responde esta questão, primeiro para o conjunto dos prefeitos candidatos à reeleição e depois separadamente para os prefeitos do PT. Verificamos nas primeiras três linhas

que a migração partidária tem um impacto limitado sobre a taxa de sucesso eleitoral. Entre os prefeitos de todos os partidos há pouca diferença quanto à taxa de sucesso dos candidatos fieis (48%) em comparação com os migrantes (46%). No entanto, entre os prefeitos petistas o quadro muda. Os candidatos fieis alcançam uma taxa de sucesso na reeleição de 38%, bem abaixo da média nacional. Por outro lado, os prefeitos que abandonam o partido conseguem uma taxa maior (49%) que está próxima da taxa nacional. Estas simples agregações sugerem que os eleitores em geral não reagem de forma acentuada à questão da migração partidária pelos prefeitos. No caso do PT a reação é diferente. Candidatos que deixaram o partido tiveram mais sucesso nas urnas.

Tabela 5: Sucesso eleitoral dos prefeitos migrantes de 2016

	ELEITO	NÃO ELEITO	TODOS
PREFEITOS	1248	1356	2604
PREFEITOS FIEIS	48%	52%	100%
PREFEITOS MIGRANTES	46%	54%	100%
PREFEITOS PT	128	184	312
PREFEITOS FIEIS PT	38%	62%	100%
PREFEITOS MIGRANTES PT	49%	51%	100%

Exemplos de migração do PT para outro partido

Da mesma forma como na análise quantitativa de um conjunto grande de fenômenos, a análise causal de um único caso deve ser precedida de um mapeamento do território, conhecendo onde o caso é situado em comparação com outros, quais as suas particularidades e características que podem ser potencialmente importantes. Novamente, este esforço dificilmente poderá ser atóxico, uma vez que cada classificação ou periodização contem elementos rudimentares de teorias explicativas. A análise descritiva se diferencia da análise causal pela ordem de fatores que guiam o processamento dos dados. Na análise descritiva os dados devem em primeiro lugar falar por si e a teoria fica em segundo lugar enquanto na análise causal esta ordem se inverte.

a. Os atores envolvidos

Uma narrativa histórica dos casos de migração deve incluir uma recapitulação do perfil dos três atores principais: o prefeito, o partido (PT) e o novo partido para o qual o prefeito migrou. Isto inclui uma breve recapitulação da carreira política do prefeito, com destaque para a sua relação prévia com partidos políticos e sua presença na política municipal. Ele esteve filiado a outro partido ou é membro histórico do partido? Além de disputar a prefeitura ele também controla a máquina partidária? É um candidato no início de carreira ou um político com histórico e bagagem política, passando por outros cargos? Em relação aos dois partidos envolvidos, o PT e o partido para o qual o prefeito migrou também cabe perguntar qual a presença eleitoral e organizacional dos dois partidos na política municipal. São partidos que elegeram outros prefeitos e são fortes na Câmara de Vereadores? O novo partido é ideologicamente próximo ou distante do PT? O novo partido pertence à mesma família ideológica do PT ou é um partido ideologicamente distante? O partido é um partido grande ou pequeno, tradicional ou novato,

olhando para sua história eleitoral no município? Ele é um partido que esteve na base eleitoral da primeira eleição ou é um partido adversário?

b. A dinâmica da separação

A segunda bateria de perguntas se refere à dinâmica da separação. Nesta narrativa daremos lugar especial a algumas questões que nos parecem relevantes.

Decisões interconectadas: Primeiro, é importante situar a eleição em questão em contexto. Decisões de candidatos e partidos sobre a entrada na disputa eleitoral nunca são decisões isoladas. Elas remetem ao posicionamento de outros atores sobre a mesma questão. A recuperação desta dinâmica das decisões e das influências mútuas é difícil. O candidato pode deixar o partido porque ele acha que o partido não o nomeará, mesmo que esta ameaça não se concretize. As etapas intermediárias deste dinâmico de processo de decisões e sinalizações com impacto mútuo tipicamente não são conhecidas. Mas algumas informações sobre a constelação final podem ser úteis para a avaliação do processo decisório mais amplo. Uma questão central diz respeito às coligações eleitorais apresentadas.

Reflexos da migração: Depois observamos se a migração do prefeito teve reflexo no âmbito da elite política ou dos cidadãos. Vereadores e cidadãos seguiram o prefeito na sua decisão de deixar o PT e entrar em outro partido? Estes dados são importantes, mesmo que estejamos em um terreno com poucas pesquisas no Brasil. O significado da filiação partidária ainda é uma incógnita no Brasil. Sabemos que a dinâmica do processo de filiação gira em torno do processo eleitoral, provavelmente vinculado ao processo de apresentação de candidaturas. Mas as associações entre diferentes tipos de migração ainda são desconhecidas.

Discursos e reações públicas: Finalmente queremos recuperar o debate público sobre a migração. Como o prefeito explicou a sua decisão ao público e como os outros atores reagiram a sua decisão? Obviamente estas justificativas não podem ser lidas ao pé da letra, uma vez que são tentativas de apresentar os dados da forma mais favorável aos respectivos autores destas justificativas. Mas elas tampouco podem ser ignoradas.

c. A campanha e os resultados da eleição

Mesmo que a nossa questão seja a análise das causas, não das consequências da decisão de disputar a eleição por outro partido, a análise do desenrolar da disputa após a migração é uma peça de informação importante. Também é importante saber como os eleitores reagiram à mudança de partido. Uma questão importante é se os prefeitos tiveram êxito com a sua decisão de disputar a eleição por outro partido. Afinal, se o objetivo for a promoção da carreira do político, o sucesso nas urnas é um medidor importante.

Orientado por esta grade de perguntas abertas questionamos em seguida alguns dos casos de migração de prefeitos do PT para disputar uma segunda eleição.

O caso Osasco

Os atores

O caso de Osasco é o do engenheiro Antonio Jorge Lapas, que possui uma trajetória partidária que começa no PSDB (filiado em 1989), com ocupação de cargos públicos em secretarias da prefeitura deste município desde os anos 1990. Em 2005 filia-se ao PT no contexto em que este partido assume a gestão do município. Na administração petista, Lapas segue assumindo funções administrativas locais e estabelece conexões com lideranças importantes do partido localmente, em particular com Emídio de Souza, prefeito entre 2005-2012. Em 2012, Lapas compõe como candidato à vice-prefeito a chapa petista encabeçada por João Paulo Cunha, liderança histórica do PT na região, em uma coligação bastante ampla: PSL, PMDB, PSDC, PTN, PTC, PTdoB, PRTB, PSC, PR, PP, PPL, PDT, PRP, PV, DEM, PCdoB, PSB, PRB e PHS.

Com o afastamento de João Paulo Cunha da chapa – em virtude da condenação no STF no caso do Mensalão – Lapas assume a dianteira da candidatura e é eleito no primeiro turno, favorecido, ainda, pela cassação pelo TSE da chapa do líder das intenções de voto, Celso Giglio (PSDB). A eleição de Lapas para prefeitura de Osasco em 2012, portanto, foi beneficiada tanto pela impossibilidade do candidato prioritário do PT manter-se na cabeça da chapa, como pela impossibilidade do principal adversário nas eleições não poder concorrer.

A dinâmica

Lapas não pode ser identificado como um petista “histórico”. Sua filiação ao PT se deu depois que este já estava no comando do governo federal. Sua postura em relação ao partido no contexto de sua migração partidária era bastante ambígua. Em dezembro de 2015, momento em que a crise da imagem do PT na opinião pública brasileira já era grande, o prefeito de Osasco participou de manifestação contrária à campanha pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, ao lado de outras lideranças partidárias e parlamentares do partido. Mesmo que no âmbito nacional Lapas defendesse o governo do PT, o quadro no âmbito municipal começou a ficar assombrado. Já em junho de 2015 a imprensa local especulava sobre os cálculos dos prefeitos petistas para se reeleger em virtude dos péssimos índices de aprovação nas pesquisas de avaliação das prefeituras no estado de São Paulo. Além disso, Lapas passa a enfrentar forte oposição interna no PT, gerada pela disputa pelo controle do partido no município. Também em junho de 2015, a imprensa local publicou uma pequena nota intitulada “Disputa interna pode forçar prefeito Jorge Lapas dar adeus ao PT”, relatando uma situação de forte disputa partidária interna:

“Há muito tempo se comenta, entre formadores de opinião, que algo não vai bem. Claro que referem-se sobre o PT de Osasco por estar dividido entre duas correntes. A situação é assim: uma ala dá apoio ao atual prefeito Jorge Lapas, que já declarou sair candidato em 2016. Essa corrente tem à frente o ex-prefeito e atual presidente do PT estadual, Emídio de Souza, que garantiu apoio ao seu sucessor e não abre mão disso. Já do outro lado, está o ex-deputado federal João Paulo Cunha afastado da cidade, morando em Brasília, mas que dá as cartas no PT osasquense. Recentemente em entrevista, quando do lançamento de seu livro denominado *Quatro* à imprensa local, realizado em um restaurante no centro da cidade, João Paulo alfinetou que para as eleições de 2016, em Osasco o PT deverá escolher seu candidato através de prévias internas. Foi o que bastou para acender a luz vermelha sinalizando e oficializando uma crise que vem tomando proporções inevitáveis.”

O conflito de Lapas com uma parte da liderança do PT em Osasco parece ter se desdobrado ao longo dos meses, com a especulação pela imprensa de que os opositores do prefeito no interior do partido articulavam apoio informal a um possível adversário na eleições de 2016, o vereador Rogério Lins (PTN), cujo partido compunha a base de apoio à prefeitura petista. Em dezembro de 2015, Lapas faz uma movimentação que sinaliza uma primeira iniciativa no interior deste conflito: traz para a base do governo local o PSD, com a nomeação de um aliado do então ministro de Estado Gilberto Kassab, Lau Alencar, como um de seus secretários municipais. No ato da posse, Alencar declara: “O nosso partido está de braços abertos para receber Lapas. Quem não gostaria de ter um político como Lapas no partido? Mas acho difícil ele sair do PT”.

Alguns meses depois, em março de 2016, Lapas confirmou sua saída do PT e filiação ao PDT por meio de uma carta pública. Nesta, deixou claro que sua migração se devia a uma disputa local com “visões e interesses individuais” e justificou a intenção de migrar para um partido onde pudesse manter a “defesa de princípios da democracia e direitos dos trabalhadores”:

“Como se não bastasse o momento delicado pelo qual o PT está passando no cenário nacional, no âmbito municipal a legenda vem se deixando levar por visões e interesses individuais, que dividem o partido e promovem um clima de insegurança e instabilidade em nossos aliados. A desunião e fragilidade resultantes dessa disputa interna transmitem para aqueles que participam conosco dos avanços de Osasco, um clima de incerteza e uma mensagem que contradiz as propostas de transformação que a legenda se propôs realizar em nossa cidade. (...) Estou seguindo um novo caminho político e me filiando ao Partido Democrático Trabalhista, o PDT. A legenda, histórica na defesa dos princípios da democracia e dos direitos dos trabalhadores brasileiros, me recebeu de braços abertos.”

A escolha de Lapas pelo PDT – outro partido aliado ao PT na gestão – foi justificada por se tratar de um partido de espectro político de esquerda, mas independente do PT: “Faço a mudança no sentido de deixar claro aos nossos aliados e a toda nossa população que Osasco é muito maior do que um partido ou grupo político”. Lapas costura o apoio do PSD ainda na gestão e, em seguida, filia-se ao PDT com vistas a ampliar sua base de apoio na articulação de uma coligação eleitoral sem o PT. A carta de desfiliação de Lapas, bem como as declarações públicas que fez em seguida demonstram o esforço de manter os laços da coligação que permitira sua vitória em 2012. A coligação eleitoral com a qual o candidato pedetista disputou a reeleição em 2016 revelaria o sucesso desta operação: PCdoB, PHS, PMDB, PP, PRB, PROS, PRTB, PSD, PSB, PSC, PSDC, PSL, PTB, PTC, PTdoB e PV. O PT, por sua vez, reagiu com declarações públicas de despreço à saída de Lapas, tanto por antigos aliados, que falaram da necessidade de “resistir aos ataques sofridos” no PT no contexto dos escândalos de corrupção, como pelos petistas adversários, para quem Lapas deveria ser considerado um “traidor”.

Campanha e resultados

Ao longo da campanha de 2016 Lapas conquistou, ainda, o apoio de Paulo Skaf – presidente da FIESP – com quem realizou uma atividade pública durante a disputa local. Apesar do sucesso em compor um amplo arco de alianças sem o PT, o prefeito candidato não foi capaz

de ganhar as eleições no primeiro turno e foi para o segundo turno um pouco atrás – 38,5% contra 39,4% – de Rogério Lins, candidato pelo PTN em coligação com PR e PRP (todos partidos que haviam composto a coligação petista em 2012). Lapas perde a disputa com Rogério Lins (PTN) no segundo turno por uma ampla margem (38,79% contra 61,21%).

O PT, por sua vez, lança candidatura própria, o deputado federal Valmir Prascidelli, que faz uma pequena votação (3,54%) e declara não apoiar nenhum candidato no segundo turno. A imprensa local especula, no entanto, a respeito da participação de PT nos bastidores da campanha de Lins. Depois de eleito, de fato Lins concederia ao PT um lugar em seu primeiro escalão de secretários. Outro fator importante para compreender o sucesso de Lins sobre Lapas é sua aproximação com o prefeito recém-eleito na capital de São Paulo e figura política emergente, João Dória Jr., aliado do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e que no segundo turno procura o candidato do PTN para oferecer apoio. Por motivos diferentes, PT e PSDB parecem ter contribuído para a derrota de Lapas e por este motivo os dois partidos aparecem nas indicações de secretários da nova gestão.

O caso Corumbá

Os atores

A reconstrução da trajetória dos casos de migração evidencia a diversidade e riqueza das disputas políticas locais. Nos dois primeiros casos, de Osasco e João Pessoa, é possível observar processos de migração partidária que envolveram a ruptura política do prefeito com o PT. Existem, também, os casos nos quais a migração não significa uma ruptura desta natureza. É o caso de Paulo Roberto Duarte, economista especialista em política tributária, eleito prefeito pelo PT em Corumbá (MS) em 2012.

Em 2001, Duarte se filiou ao PT, Aliado de Zeca do PT, nome forte da legenda no Mato Grosso do Sul. Nos anos seguintes ocupou cargos públicos em secretarias estaduais, em 2006 foi eleito Deputado Estadual, sendo reeleito em 2010. Em 2012 foi eleito para prefeito de Corumbá pelo PT em uma coligação partidária ampla, composta por PDT, PTB, PSL, PR, DEM, PHS, PTC, PSB, PSDB, PSD e PCdoB. Duarte deu continuidade a uma presença petista na gestão municipal que começara em 2004, com a eleição de Riuter Cunha.

A dinâmica

Mesmo depois de assumir o poder executivo local em Corumbá, Duarte seguiu cumprindo um papel de articulação política estadual no PT e protagonizou alguns momentos de conflito no interior do partido. Em fins de 2014, depois da derrota de seu aliado, o senador petista Delcídio do Amaral, na disputa pelo governo estadual de Mato Grosso do Sul, Duarte anunciou uma possível saída de funções diretivas do PT estadual, mas mudou de posição no início de 2015:

“Comunico que tomei a decisão de continuar à frente de minhas funções como Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores. Ao tomar essa decisão levei em consideração o pedido da Direção Nacional do PT que, em reunião, em São Paulo, solicitou a minha permanência no cargo.

(...)

Para essa decisão também levei em consideração o respeito às instâncias partidárias que me conduziram à presidência no ano passado, em razão de um entendimento de todas as forças do partido, além, é claro, o meu perfil e temperamento, que não me permitem deixar de enfrentar os desafios que me são apresentados."

A decisão de Duarte em permanecer como "Presidente Regional" do PT foi creditada à relação com "instâncias" do PT que haviam favorecido seu crescimento político no interior do partido, possível alusão à conexão com Amaral e ao PT nacional. Esta decisão, no entanto, seria revista em outubro de 2015, quando Duarte anunciou novamente a decisão de se afastar da liderança do PT regional. O prefeito de Corumbá se afastou no início de outubro com o argumento de que não poderia permanecer à frente das funções partidária, pois precisaria se dedicar exclusivamente às atividades de prefeito:

"Nesse um ano e meio à frente do Partido tivemos vários desafios: mesmo não conseguindo êxito na eleição para o governo do Estado, a votação expressiva do Senador Delcídio ajudou a eleição de quatro deputados estaduais e dois deputados federais; investimos na organização dos diretórios municipais e alcançamos a formação de diretórios em 56 municípios, maior índice de organização de todo país; garantimos o protagonismo de todos nossos dirigentes, ampliando a participação e a democratização das decisões; estreitamos a relação com os prefeitos, criando espaços para debater políticas públicas e fortalecer as experiências bem sucedidas desenvolvidas nos municípios governados pelo Partido; implantamos um sistema de gestão financeira, saneando dívidas e estabelecendo metas."

A nota pública da saída de Duarte da direção estadual do partido mencionou a derrota do senador Delcídio do Amaral nas eleições para governador em 2014 como um revés enfrentado pelo prefeito, compensado pela eleição de deputados estaduais e outras realizações do político em Corumbá. É interessante lembrar que pouco tempo depois deste afastamento, em 25 de novembro de 2015, o senador Amaral seria preso preventivamente pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, e em 15 de março de 2016 se desfilia do PT.

Também em março de 2016, a imprensa local noticiou "rumores" da saída do prefeito de Corumbá do PT: "A repercussão negativa dos últimos acontecimentos com o parlamentar [Delcídio do Amaral] não teria afetado Duarte, porém, diante da imagem desgastada da sigla e com plano de reeleição ele teria optado por se desfiliar, ainda sem destino confirmado". Alguns dias depois dos "rumores", em 9 de março, Duarte anunciou a saída do PT e, em 16 de março, a filiação no PDT. O anúncio da nova filiação foi feito em evento público da prefeitura com a presença do deputado federal pelo PDT Dagoberto Nogueira.

Os motivos da saída do PT, no entanto, não foram mencionados no evento de saída. Diferente dos prefeitos de Osasco e João Pessoa que migraram do partido entre 2015 e 2016, Duarte conseguiu evitar o desgaste público com a sigla no contexto de sua saída. Outro aspecto interessante foi a permanência do PT em sua coligação para a disputa das eleições de 2016 em

Corumbá. Candidato à reeleição, Duarte organizou uma nova coligação partidária, também ampla e mesmo maior que a anterior, liderada pelo PDT e composta pelo PT, PR, PMDB, PP, PSD, PRB, PROS, PV, PCdoB, PSOL, PHS, PEN, PMN, PTN, PRTB, PSL e PTdoB. É importante notar, no entanto, que dentre os partidos ausentes na nova conformação, DEM, PSDB, PSB, PTC e PTB, alguns eram parte importante da oposição nacional ao governo petista da época.

A campanha e os resultados

Em sua campanha para a reeleição, Duarte abandonou qualquer referência à identidade petista mas, apesar deste esforço e da ampliação da coalizão eleitoral, não foi vitorioso. Perdeu as eleições para o candidato do PSDB, Ruteir Cunha, eleito com apoio ainda de PTB, SD, PSC, REDE, PRP, PSB, PMB e DEM. O curioso é que Cunha também era um ex-petista – com trajetória política similar a Duarte – sendo justamente o prefeito que antecederia Duarte na gestão de Corumbá (2004-2012). Cunha se desfilou em 2015 do PT para concorrer pelo PSDB e, vitorioso, voltou a governar a cidade.

O caso João Pessoa

Os atores

No caso de João Pessoa, o conflito interno que resultou na saída do prefeito Luciano de Cartaxo do PT se desdobrou de maneira diferente. Cartaxo, farmacêutico, começou sua vida política no movimento estudantil e filiou-se ao PT em julho de 1991. Foi eleito pela primeira vez em 1996 como vereador e foi reeleito por mais três mandatos, nas eleições de 2000, 2004 e 2008. Em 2006, concorreu como candidato a vice-governador de José Maranhão (PMDB), mas a chapa acabou sendo derrotada pela do então governador Cássio Cunha Lima (PSDB). Em 2009, porém, a chapa do PSDB foi cassada e Cartaxo passou a ocupar o lugar de vice-governador na administração estadual.

A relação do PT com o PMDB na Paraíba possui contornos regionais bem específicos. O estado possui três partidos fortes e uma cultura de alianças políticas bastante dinâmica: o PSDB da família Cunha Lima, o PMDB de José Maranhão e o PSB de Ricardo Coutinho (político petista nos anos 1990 que se filiou em 2003 e passou a comandar o PSB). Este último foi o partido que melhor vinculou aos movimentos sociais e aos intelectuais universitários progressistas da região, ocupando um lugar semelhante ao que o PT ocupa em outros lugares do Brasil. Como resultado, o PT nunca pode alcançar força política de oposição e a trajetória de Cartaxo, bem sucedida como vereador e deputado, dificilmente manteria este dinamismo na disputa do poder executivo local sem passar por algum tipo de aliança capaz de rivalizar ao mesmo tempo com PSDB e PSB.

Em 2012, Cartaxo participou das eleições como candidato a prefeito pelo PT e se elegeu no segundo turno com uma coligação enxuta: PRB, PP, PSC e PPS, o único candidato petista eleito prefeito de uma capital do Nordeste do Brasil neste ano. A vitória com 68% dos votos válidos contra 32% de Cícero Lucena (PSDB) indica um possível apoio de PSB e PMDB. Em 2014, já prefeito, Cartaxo se candidatou a senador pelo PT, mas perdeu para José Maranhão (PMDB). Tanto Maranhão, como Ricardo Coutinho, governador eleito em 2010, se mantiveram

fortes aliados do PT nacionalmente mas estadualmente estas alianças se mostraram mais complexas.

Cartaxo e seus aliados controlavam o diretório municipal do PT em João Pessoa e a relação deste com o diretório estadual era ambígua, especialmente devido à presença do PT na gestão do PSB no governo do estado. Em 2015, a imprensa local especulou, ainda, a respeito de uma conexão paralela de Cartaxo com o senador Cássio Cunha Lima e com outros políticos de partidos da oposição ao PT no governo federal. Esta conexão foi confirmada pela aproximação que Cartaxo promoveu em sua gestão como prefeito com PSDB e SD, como forma de fortalecer sua gestão e sua capacidade política em relação ao PSB e PMDB. A crise política nacional que se agudizou a partir de 2015 aumentou as dificuldades já existentes para o PT se projetar como força política autônoma no estado e parecem colocaram limites aos quais Cartaxo poderia chegar como político com esta legenda na Paraíba.

A dinâmica

Cartaxo foi um dos primeiros prefeitos a sair do PT no contexto dos escândalos de corrupção e da aproximação das eleições de 2016. O prefeito de João Pessoa anunciou a saída do PT e filiação ao PSD em 17 de setembro de 2015 – meses depois da fidelidade partidária dos mandatos executivos ter sido reinterpretada pelo STF. O prefeito argumentou publicamente que não desejava ser “penalizado pelos erros de terceiros, por questões que acontecem em âmbito nacional” e que não queria ter sua imagem associada ao PT nas eleições de 2016. O PSD parece escolhido por sua postura ambígua em relação ao governo federal e pelo trânsito político com partidos de oposição ao PT. Cartaxo declarou na época:

“O PSD faz parte da base da presidente Dilma e nós vamos manter a relação institucional com o Palácio do Planalto. Não creio que uma posição partidária possa prejudicar uma população inteira. Não é esse o perfil da presidente Dilma.”

Por outro lado, o PSD pode ter sido escolhido por se tratar de um partido menor e menos enraizado localmente, cuja máquina Cartaxo e seus aliados poderiam ocupar e controlar. No dia seguinte ao anúncio, o PT estadual anunciou a ruptura do partido com o prefeito, com a entrega dos cargos que a sigla petista ocupava na prefeitura da capital paraibana. O posicionamento do PT estadual não se deu por acaso, já que o presidente do partido no diretório de João Pessoa – e até então presidente da Companhia das Docas – era o irmão do prefeito, Lucélio Cartaxo, que também deixou o partido. A saída de Cartaxo e seus aliados significou o esvaziamento da direção municipal do PT na capital paraibana.

A saída do PT foi justificada por Cartaxo em virtude “dos escândalos que tem envolvido o PT”, dos “erros dos outros” com os quais o prefeito não pretendia se “comprometer”. As declarações foram respondidas publicamente por lideranças petistas, inclusive por parlamentares petistas historicamente próximos a Cartaxo. Além das lideranças do PT, muitas lideranças do PSB se manifestaram contra Cartaxo, assinalando que sua ruptura significava uma aproximação decisiva com os opositores políticos do PT e do governo federal. Cartaxo, no entanto, procurou manter uma postura mais ambígua com relação a isso do que seus opositores desejavam.

Em 2016, a nova coligação de Cartaxo, agora candidato do PSD, também revelou sua capacidade de mobilizar uma coalizão eleitoral bem maior do que a petista de 2012: PMDB,

PTN, PRB, PMN, PSDB, PP, PCdoB, PHS, PSC, SD e PSDC. Além de maior, a nova coalizão incorporou a participação de partidos de oposição ao PT nacionalmente.

É interessante assinalar que tanto para o caso de Osasco, como em João Pessoa, a saída dos dois prefeitos-candidatos coincidiu com a mobilização para filiação nos partidos de destino, o que parece confirmar um processo coletivo de migração para ocupação da nova legenda partidária, o PDT no caso de Osasco e o PSD no caso de João Pessoa.

A campanha e os resultados

A campanha para reeleição de Luciano Cartaxo contou com o apoio dos principais adversários do governador Ricardo Coutinho (PSB), o senador Cássio Cunha Lima (PSDB) e o senador José Maranhão (PMDB) e foi bem sucedida. O prefeito foi reeleito em primeiro turno com 59,67 % dos votos válidos, atrás da candidata Cida Ramos (PSB) (33,54%). Na disputa pelo controle do poder executivo local, a migração partidária beneficiou Cartaxo, que passou a sinalizar o projeto de disputar as eleições para o governo estadual em 2018. Neste sentido, não apenas o PT saiu enfraquecido localmente, mas a migração de Cartaxo para o PSD pode significar o enfraquecimento do PSB e de Ricardo Coutinho na disputa pelo governo estadual.

4. Duas modalidades da análise causal

Para entender a complexidade de um fenômeno como a decisão pela troca do partido por um prefeito que disputa a reeleição buscamos fatores que influenciam esta decisão. Mesmo que grande parte dos cientistas sociais reconheça a análise causal como um dos objetivos da investigação científica os recentes debates demonstraram a consolidação de diferentes técnicas, abordagens e até os fundamentos lógicos para esta análise. Entre estas abordagens se cristalizaram a análise estatística baseada em regressões e a análise dos mecanismos causais para explicar casos singulares. Apresentamos abaixo os resultados de análises sobre o mesmo objeto seguindo estas diferentes lógicas e técnicas de análise.

Modalidade 1: Análise estatística tradicional

As análises de regressão, também conhecidas como análises frequentistas ou análises baseadas na variância, ou ainda de forma mais genérica como análises quantitativas, partem do pressuposto que os fenômenos sociais apresentam padrões de regularidade que também se aplicam às relações causais. Porém dois obstáculos dificultam a identificação das leis probabilísticas universais que governam o mundo. Primeiro o caráter probabilístico das relações sociais. Segundo esta concepção o mundo social é governado por uma combinação entre causas sistemáticas presentes em todas as instancias de realização de um fenômeno e causas aleatórias que variam a cada realização. A tarefa do cientista é filtrar e desconsiderar a parte aleatória, chamada de ruído, para poder identificar e descrever com mais precisão a parte sistemática da causalidade, chamada sinal. Segundo King, Keohane e Verba (1994) o cálculo do efeito médio

da relação causal entre dois fenômenos é a forma adequada para identificar este sinal, a parte sistemática da relação causal.⁸

O segundo obstáculo para detectar as regularidades gerais nas relações causais está no fato que as nossas observações se referem sempre a um número limitado de casos enquanto as inferências se aplicam um universo maior. Este problema é enfrentado através da seleção de uma amostra de casos, grande suficiente para representar a variedade de situações possíveis e pequeno suficiente para viabilizar a investigação em termos de tempo e recursos necessários. O uso da estatística serve para descrever a incerteza nas medições, dado que um número limitado de casos aumenta a incerteza se estes são representativos do universo.

As regressões estatísticas a partir de um grande número de casos analisam o efeito médio de diferentes atributos sobre um fenômeno que queremos explicar. O resultado da análise são parâmetros para identificar a contribuição causal de cada um dos fatores para explicar determinado fenômeno. Estas análises devem informar sobre como e quanto a causa influencia o resultado (a direção e a força do sinal), qual a precisão da influência (a variação do sinal vinculada à probabilidade) e qual é o poder explicativo do modelo para entender os fenômenos a serem explicados.

Análise dos dados

Pela lógica frequentista uma análise das escolhas realizadas por partidos e candidatos quando disputam a reeleição para o cargo de prefeito define como variável dependente as possíveis escolhas (fidelidade ou infidelidade). O próximo passo é mapear os fatores que hipoteticamente podem influenciar a escolha do candidato. Para o nosso exercício dividimos estes fatores em atributos pessoais dos candidatos (idade, gênero), atributos políticos (capital político do candidato e dos partidos envolvidos) e o contexto da eleição (partido do governador, tamanho do município).

Estes três conjuntos de dados correspondem a três diferentes linhas explicativas para entender a troca de partido. No caso das variáveis a respeito do prefeito sugerimos que candidatos mais jovens e mulheres são menos propensos a mudar de partido. Ambos os grupos têm menos experiência na política e tendem a perseguir uma linha mais cautelosa quanto ao enfrentamento do partido. Nesta hipótese gênero e idade dizem respeito a atitudes básicas de assumir assumir riscos e buscar confrontos, em contraste com um estilo mais cauteloso.

O segundo grupo de variáveis diz respeito ao capital eleitoral do candidato e do partido. A hipótese que fundamenta esta abordagem é que candidatos buscam manter a sua relação com o partido quando este demonstra capacidade de produzir votos no município que supera a capacidade eleitoral do candidato. Por outro lado, quando o candidato tem mais votos que o partido assumimos uma propensão maior para a migração. Esta comparação do capital eleitoral do candidato e do partido pressupõe um cálculo do prefeito a respeito da possibilidade dos eleitores acompanharem a sua candidatura no caso dele optar pela migração para outro partido e qual o risco do eleitorado seguir o PT, o partido abandonado, que pode lançar ou apoiar outro candidato no próximo pleito.

⁸ A identificação da variação em torno da média representa a precisão deste sinal. A precisão diminui em função do ruído, da parte assistemática da relação, mas também em função de erros na coleta e medição dos fenômenos.

Uma terceira linha explicativa para entender a opção pela permanência ou a migração diz respeito ao contexto político da disputa no município. O tamanho do município importa se nos aceitamos a hipótese que disputas em contextos mais paroquiais favorecem o voto pessoal, uma vez que a disputa eleitoral em municípios abaixo de 50 mil eleitores envolve campanhas eleitorais corpo a corpo. Neste contexto a filiação partidária conta menos e a personalidade do político é mais relevante. Outra linha de argumentação diz respeito à inserção do município na política estadual e nacional. Uma vez que municípios dependem de recursos destas esferas, o alinhamento com o partido do governador é importante. Se este estiver alinhado com o partido do Prefeito (PT) ou estiver alinhado com o governo Federal do PT os incentivos para abandonar o partido são menores. Porém, onde houver um governador alinhado com a oposição ao PT e ao governo Federal as pressões para abandonar o PT e migrar para outro partido são maiores.

A operacionalização das variáveis se deu da seguinte forma. Os fatores analisados incluem duas variáveis relacionadas ao candidato: o gênero do candidato (homem=0, mulher=1), a idade (até 40 anos=0, acima 40 anos=1); duas variáveis a respeito do capital eleitoral do candidato e do partido no município: votos do prefeito na primeira eleição (porcentagem) e do PT na eleição presidencial em 2014 (porcentagem); e duas variáveis a respeito do contexto político da disputa (partido do governador na base do governo do PT=0, partido na oposição=1) e do tamanho do município (log de número de eleitores).

A capacidade explicativa dos modelos de regressão consiste justamente na avaliação conjunta do peso destes diferentes fatores sobre a decisão do Prefeito do PT mudar ou não de partido para disputar um segundo mandato. Há duas modalidades de análise de regressão das quais aplicaremos apenas a primeira neste exercício. Os modelos aditivos analisam o impacto separado destes fatores enquanto modelos interativos podem analisar como estes fatores mutuamente se influenciam na sua ação sobre o fenômeno a ser explicado. O **Quadro 1** traz os resultados de uma regressão logística (indicando a probabilidade de um prefeito mudar de partido) multivariada (incluindo vários fatores que influenciaram esta decisão).

Quadro 1: Regressão logística multivariada para explicar a mudança de partido por prefeitos petistas que concorreram por um segundo mandato em 2016

Logistic regression	Number of obs	=	312
	LR chi2(6)	=	62,77
	Prob > chi2	=	0,0000
Log likelihood = -154,21521	Pseudo R2	=	0,1691

MUDOU	Odds Ratio	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]
FEMININO	,7950244	,3575699	-0,51	0,610	,329264 1,919626
IDADE	1,010089	,0160001	0,63	0,526	,9792107 1,04194
ELEITORES	,9999987	1,81e-06	-0,74	0,459	,9999951 1,000002
GOVE_OPO1	6,35344	2,14531	5,48	0,000	3,277867 12,31478
PCT_PREF_2012	,9930053	,0120294	-0,58	0,562	,9697057 1,016865
PCT_PRES_2014	,9850667	,009498	-1,56	0,119	,9666257 1,003859
_cons	,4593484	,5119758	-0,70	0,485	,0516915 4,08193

Os resultados da regressão indicam a influencia marginal de cada um dos seis fatores analisados sobre a probabilidade do evento da migração ocorrer. A interpretação da tabela se dá da seguinte forma. O número de casos analisados são os 312 prefeitos do PT que concorreram à reeleição, ou pelo mesmo partido ou por outro. Destes, 88 prefeitos migraram para outro partido para disputar a reeleição.

A contribuição de cada um dos fatores para explicar a migração partidária é identificando em cada linha. Por exemplo, o fato do município estar em um estado governado por um partido de oposição ao PT no governo federal (GOVE_OPO1) aumenta a probabilidade de migração entre 3,2 a 12,3 vezes, como indicam as duas últimas colunas da tabela. A coluna anterior indica a significância estatística deste resultado. A convenção acadêmica estabeleceu que aceitamos resultados como estatisticamente significativos quando a probabilidade de erro indicado no valor P estiver abaixo de 0,05. Como o coeficiente encontrado está abaixo deste valor (0,000) podemos ter confiança que o partido do Governador do Estado de fato aumenta a chance de migração entre 3 a 12 vezes.

Observando os mesmos dados em relação aos outros fatores verificamos que em relação ao gênero (FEMININO), a idade (IDADE), o tamanho do eleitorado (ELEITORES) e o capital político do prefeito (PCT_PREF_2012) e do partido (PCT_PRES_2014) esta probabilidade de erro (valor P) está acima do convencionalmente aceitável. Concluímos desta análise que contrariamente às nossas expectativas com exceção de um nenhum dos fatores analisados tem influencia estatisticamente significativa sobre a migração partidária. A frequência de ficar no PT ou deixar o partido não mudou em função do gênero ou da idade do Prefeito. A correlação de forças entre o capital eleitoral do candidato e do partido não teve influencia significativa sobre a decisão da migração. Da mesma forma a diferença entre disputas eleitorais travadas no corpo-a-corpo ou mediadas por diversos meios de comunicação também não levou a taxas de migração maiores ou menores do PT.

Somente o fator do contexto político estadual, mais especificamente o partido do Governador em exercício, impactou na migração. Quando este pertence a um partido que está na

oposição ao governo federal do PT a chance de migração aumenta entre 3 a 12 vezes. Estes dados levam em conta uma taxa de erro de 5%, quer dizer existe uma chance de 5% do verdadeiro valor de influencia estar fora deste intervalo entre 3 e 12.

Finalmente os modelos de regressão estatística fornecem uma medida para aferir o quanto os modelos conseguem ajudar na explicação dos fenômenos em tela. Uma medida para este poder explicativo é a porcentagem da variação explicada. No caso das regressões logísticas o Pseudo R² é uma medida aproximada para a porcentagem de variação de casos explicados. Os 16,9% de casos explicados são um resultado baixo, indicando que o conjunto dos fatores explicativos inseridos no modelo tem capacidade limitada de explicar o fenômeno em tela.

Modalidade 2: Análise dos mecanismos causais de um caso

Na análise de (um) caso o interesse continua sendo a relação causal entre diferentes eventos. No entanto a análise de caso reduz o objeto de estudo a uma única unidade de análise. A análise dos mecanismos causais rejeita a lógica contrafactual que na regressão tira conclusões a partir da comparação entre vários casos similares. O objeto de análise é exclusivamente a investigação interna de um único caso. O elemento distintivo de estudos de caso é a análise dos mecanismos causais que vinculam um conjunto de ações a determinado resultado. A análise dos mecanismos causais enfoca um caso específico, extraindo da sequência e conexão entre eventos a informação sobre os mecanismos e processos causais que atuaram e levaram ao resultado observado.

O argumento da análise da existência dos mecanismos causais responsáveis por determinado desfecho é elaborado em quatro etapas (Beach e Pedersen 2013, 157). Primeiro, a estrutura lógica do argumento é delineado. Esta inclui a hipótese e as suas implicações empíricas. Por exemplo: a hipótese sobre a causa da mudança de partido é que prefeito atual do PT mudou de partido porque este sinalizou que não ia nomeá-lo como candidato para disputar a reeleição. Neste mapeamento inicial também são identificado os outros elementos empíricos que fundamentam a hipótese. Se a hipótese estiver certa, quais vestígios empíricos esperamos encontrar? No nosso exemplo os vestígios empíricos desta hipótese poderiam ser debates públicos na fase pré-eleitoral que documentam a ameaça. A identificação da hipótese sobre o mecanismo causal e os indícios na realidade que nos indicam a presença ou ausência do mecanismo constituem os dois elementos desta abertura do argumento. Este mapeamento da hipótese tipicamente envolve vários mecanismos que interagem paralelamente ou em cadeia para produzir o resultado.

A segunda etapa se refere à avaliação mais detalhada da relação entre este vestígio empírico e a hipótese. No nosso exemplo: Encontrando um debate sobre a questão da nomeação, o vestígio empírico identificado como importante para avaliar a hipótese, a nossa confiança na hipótese inicial aumenta muito ou pouco? Para responder esta questão precisamos analisar o significado de encontrarmos a evidência (o debate público), para nossa hipótese. Se encontrarmos o debate, é suficiente para confirmar a hipótese, ou é somente um entre vários outros elementos necessários? Adicionalmente também precisamos avaliar o significado de não encontrarmos a evidência para a confiança na hipótese. Se não encontrarmos o debate, devemos desistir da hipótese, ou é possível que haja outras provas para a existência da ameaça? Esta avaliação remete a outros trabalhos sobre a relação de necessidade e suficiência entre causas e

efeitos e sobre a ausência ou presença de provas esperadas (Evera, 1997; Collier, 2011; Punton e Welle, 2015).

A terceira etapa se refere à avaliação do valor das provas. Muitas evidências são difíceis de serem coletadas. As informações são escassas ou o caminho para coletá-las é custoso e demorado. No nosso exemplo, os obstáculos em relação ao acesso às evidências sobre possíveis conflitos sobre a nomeação do prefeito para disputar um segundo mandato são vários. Olhando para documentos impressos, há poucos jornais e frequentemente a mídia local frequentemente não está acessível em formato eletrônico ou não tem matérias arquivadas. Uma outra fonte, as notícias no rádio, são mais difíceis de serem recuperadas. Pesquisas de opinião são raras ou outras fontes documentais são raras. Quanto à possibilidade de entrevistar os atores envolvidos, o primeiro obstáculo é identificá-los e encontrá-los disponíveis para eventuais entrevistas, sem falar do problema da objetividade das informações que é tratado em seguida. O segundo desafio é a visão enviesada que muitas fontes oferecem sobre o fenômeno. Muitas das fontes e atores envolvidos têm um interesse específico de apresentar uma determinada versão sobre as causas que levaram à migração partidária, uma vez que esta ação precisava ser narrada e justificada para o público da época. Fontes e atores, quando falam, querem vender uma versão dos fatos. Um terceiro problema é que várias das evidências são coletadas muito tempo após as decisões que levaram à migração. Esta visão sobre o desfecho de várias questões não retrata adequadamente as questões e decisões que estavam na mesa em vários momentos. A reconstrução da estrutura de oportunidades, as escolhas que estavam na mesa na época, bem como das motivações no passado é um exercício difícil, mesmo para atores bem intencionados quanto à reconstrução dos fatos. Isto também diz respeito a determinadas provas coletadas. Por exemplo, a apresentação de uma candidatura alternativa pelo PT na eleição para prefeito não significa necessariamente que esta estava na mesa e pode ser considerada causa da saída do Prefeito para outro partido. A reconstrução cuidadosa da sequência dos fatos e das constelações intermediárias é um exercício importante para a análise dos mecanismos causas.

A quarta etapa consiste na avaliação do conjunto das evidências para confirmar ou refutar a hipótese dos caminhos causais que levaram a determinado resultado. Aqui ilustramos somente um elo na cadeia ou complexo causal que produziu o resultado da migração partidária de determinado prefeito. Mas na realidade as relações são mais complexas, com vários mecanismos causas se entrelaçando e produzindo o resultado. Esta etapa conclusiva retoma o modelo explicativo inicial, sobre a interação de vários fatores, e reavalia a confiança na hipótese, levando em conta os resultados da avaliação das evidências encontradas e da credibilidade atribuída às várias provas.

Em seguida aplicaremos esta sequência de argumentação ao nosso objeto de estudo, um caso concreto de migração partidária de um Prefeito do PT, por ocasião da disputa de um segundo mandato em 2016.

Análise de caso

Para análise, escolhemos o caso da migração partidária do prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, que saiu do PT para o PSD para tentar a reeleição em 2016. Dois fatores combinados parecem explicar os motivos que levaram à migração: as ambições de Cartaxo e a fraqueza do PT no estado da Paraíba.

Cartaxo possui uma trajetória política bastante ativa como político profissional, tendo participado como candidato de todas as eleições locais e estaduais desde 1996. Ao longo deste período, sua ascensão como político foi progressivamente se entrelaçando com a capacidade do PT em construir alianças com os partidos fortes do estado. Um bom exemplo foi sua eleição para prefeito em 2012, seu primeiro mandato executivo, que contou com a força política de aliados fortes no segundo turno.

Na Paraíba, o PT não foi capaz de se tornar um partido forte e influente como em outros lugares em virtude da difícil correlação de forças com outro partido identificado ideologicamente com uma agenda política semelhante a sua: o PSB. Por este motivo, o PT oscilou entre alianças eleitorais com o PMDB e o PSB, mas sempre em posição subalterna. Em 2012, a candidatura de Cartaxo para prefeito se beneficiou da força política que o PT detinha nacionalmente, bem como o apoio no segundo turno de PMDB e PSB.

Ao longo de sua gestão como prefeito, Cartaxo procurou ampliar sua base de apoio e conquistar independência em relação ao governador Ricardo Coutinho, liderança forte do PSB no estado. Esta movimentação o levou a incorporar em sua gestão quadros de partidos da oposição, como o PSDB e SD. No contexto da crise política que passou a consumir o PT nacionalmente a partir de 2013, Cartaxo buscou se localizar de maneira independente e, a partir de 2015, passou a costurar de maneira intensa novas alianças.

A nova interpretação do STF – março de 2015 – a respeito da regra da fidelidade dos mandatos eletivos proporcionais e majoritários ofereceu uma oportunidade para Cartaxo deixar o PT e ocupar outra legenda. Em setembro desse ano Cartaxo e seus aliados abandonaram o PT pelo PSD e deram início às articulações de sua campanha para reeleição. O político do PSD foi reeleito no primeiro turno das eleições municipais de 2016 em uma coligação da qual participaram PSDB e PMDB. Um resumo deste modelo com a identificação dos vestígios empíricos que cada um dos elos causais acima deveria deixar está na segunda e terceira coluna da **Tabela 6**.

Tabela 6: O modelo explicativo, as evidências, seu significado e confiabilidade

Ordem	Mecanismo causal	Evidências	Significado da existência da prova para confirmar o mecanismo	Significado da inexistência da prova para refutar o mecanismo	Confiabilidade das evidências empíricas
1.a	Luciano Cartaxo é um político ambicioso .	1. Trajetória intensa de disputas de mandatos em diferentes níveis a partir de 1996.	Alto valor confirmatório	Alto valor para refutar	Alta
1.b	No entanto, o PT é um partido fraco na Paraíba.	1. A política de alianças para disputa dos cargos eletivos oscilava entre PMDB e o PSB, mas quase sempre de maneira subalterna em relação a estes aliados.	Alto valor confirmatório	Alto valor para refutar	Alta
		2. A força ideológica do PSB, sua conexão com movimentos sociais e com intelectuais universitários também desloca o PT de seu “lugar” histórico. Além disso, o PSB tradicionalmente lança candidatos próprios para a disputa local.	Alto valor confirmatório	Alto valor para refutar	Alta
		3. Em 2012, para se eleger Cartaxo conta com a força nacional do PT, que nestas eleições atua de maneira intensa na vinculação dos prefeitos com o governo federal. Também garante o apoio de PSB e PMDB ao seu nome no segundo turno.	Alto valor confirmatório	Alto valor para refutar	Alta
2	Como prefeito, Cartaxo busca	1. Aproxima o PSDB e o SD de sua gestão por meio da distribuição	Alto valor confirmatório	Alto valor para refutar	Alta

	ampliar suas alianças e aumentar sua independência política em relação ao PT e ao governo estadual.	de cargos administrativos.			
		2. Durante a crise enfrentada pelo governo federal a partir de 2013, políticos do PSDB da Paraíba realizam críticas públicas ao PT e Cartaxo não responde.	Baixo valor confirmatório	Baixo valor para refutar	Baixa
3	Tendo em vista a nova interpretação do STF em 2015 sobre fidelidade dos mandatos, Cartaxo declara sua independência. Se desfilia do PT em setembro e entra no PSD.	1. Sai acompanhado por seus aliados, esvaziando o diretório municipal do PT.	Alto valor confirmatório	Alto valor para refutar	Alta
		2. O movimento de filiações no PSD neste contexto indica a vontade ocupar e controlar o partido.	Baixo valor confirmatório	Baixo valor para refutar	Baixa
		3. Cartaxo e seus aliados entregam os cargos no governo estadual. O PT entrega os cargos na prefeitura e critica publicamente o prefeito.	Alto valor confirmatório	Alto valor para refutar	Alta
4.	Cartaxo organiza uma ampla coligação eleitoral , vencedora no primeiro turno das eleições de 2016.	1. Desta participam PSDB e PMDB. Aproxima, ainda, partidos menores, inclusive de espectro ideológico à esquerda, como o PCdoB.	Alto valor confirmatório	Alto valor para refutar	Alta

Significado das evidencias para o mecanismo causal

O próximo passo da análise é a avaliação do significado de cada uma das evidencias empíricas encontradas para a validade do elo causal que está sendo avaliado em uma ordem cronológica. Adicionalmente também avaliamos o significado de não encontrarmos a prova. Na quarta, quinta e sexta coluna da **Tabela 6** estão identificados estes significados que se resumem a avaliações binárias, indicando se a evidencia encontrada tem alto ou baixo valor comprobatório,

se a ausência da evidência tem alto ou baixo valor para a refutação da hipótese e a confiabilidade da evidência.

Esta avaliação não se resume a uma avaliação de peças individuais de provas, mas avalia as constelações de provas. Por exemplo, se concluímos que evidência A não é suficiente, mas encontrando, por exemplo, A e B ou A e C é possível trabalhar com a noção de mecanismo causal que explica o processo estudado. Trata-se de uma explicação causal considerada numa trajetória de eventos (no caso os que antecedem e sucedem a migração partidária dos prefeitos do PT para as concorrer às eleições de 2016).

No caso analisado na **Tabela 6**, partimos de um cenário em que a presença de um candidato ambicioso em um partido localmente fraco (1.a e 1.b) gera incentivos para uma atuação mais independente do político em relação ao PT (2). As evidências que comprovam esta hipótese inicial são fortes, pois caso o PT apresentasse candidaturas locais independentes do apoio do PMDB e PSB, ou então como cabeça de chapa na coligação com estes partidos, seria possível supor que sua força política seria maior no estado. Além disso, para um partido como o PT, a conexão fraca ou ausente conexão movimentos sociais e sindicais é um fator de fragilidade se considerarmos o componente de mobilização e ativismo deste partido nas grandes cidades brasileiras.

No mesmo sentido, é possível – ainda que sem a força dos argumentos anteriores – supor que sem o apoio de PSB e PMDB possíveis pela aliança com o PT no governo federal, o Cartaxo dificilmente se viabilizaria. Na conformação de sua gestão como prefeito, porém, Cartaxo opera a construção de alianças políticas que transcendem as fronteiras desta coalizão, o que é possível confirmar pela maneira com que distribui os cargos nas secretarias e instituições municipais ao longo do tempo.

Em todo caso, este é apenas um ponto de partida e não a explicação suficiente do que levou o prefeito petista Luciano Cartaxo a mudar de legenda. Em 2015 – já no contexto de uma crescente crise econômica e uma forte crise política – este quadro foi complementado por uma nova interpretação do STF a respeito da fidelidade partidária (3) – desde 2007 os mandatos proporcionais e majoritários em todos os níveis eram considerados do partidos, mas em 2015 a interpretação é invertida. Esta mudança é uma evidência importante e necessária para explicar o mecanismo causal, pois pela nova interpretação o político ganha força diante da estrutura partidária para tomar esta decisão.

Para explicar a segunda parte de nossa argumentação – que diferencia entre migrações partidárias e migrações no interior da coligação – consideramos a presença de mobilização para filiação coletiva no partido de destino do prefeito migrante, bem como para saída formal do PT dos cargos da prefeitura (3). Além disso, observamos a ausência do PT na nova coligação organizada pelo prefeito candidato à reeleição. Encontramos um movimento coletivo de filiações ao PSD no contexto da entrada de Cartaxo, mas o mesmo não se verificou para a saída coletiva e quadros do PT no mesmo período, o que enfraquece nossa evidência. Para fortalecer o argumento da migração partidária, consideramos ainda a entrega dos cargos ocupados pelo PSB no governo estadual – aliado ao PT – e a entrega dos cargos ocupados pelo PT e PSB na prefeitura de João Pessoa, o que se verificou. Por fim, a ausência do PT na nova coligação eleitoral organizada para o apoio à Cartaxo em 2016, assim como a presença de partidos de oposição do PT nacionalmente, ajudam a confirmar nossa análise.

5. Conclusões preliminares

A proposta deste texto foi explorar o fenômeno da migração partidária no Brasil, usando o caso dos prefeitos petistas candidatos à reeleição como universo de referência. Exploramos duas abordagens metodológicas, a análise quantitativa usando regressão logística e a análise de caso, com ênfase nos mecanismos causais que levaram à decisão de migração em um caso específico. Ambas as análises são precedidas de uma exploração descritiva dos dados.

Verificamos que a migração partidária é um fenômeno relativamente frequente em todas as eleições entre os partidos brasileiros. No entanto, para o caso do PT as eleições 2016 marcaram o fim de seu excepcionalismo. A partir deste ano as taxas de migração de prefeitos do PT se aproximaram dos outros prefeitos. A análise descritiva dos dados sugeriu uma linha de investigação que depois se revelou prospera no modelo da regressão logística multivariada aditiva. Os prefeitos petistas em estados com governadores que se encontram em oposição ao governo federal tem uma probabilidade maior de migrar para outro partido. Todos os outros fatores potencialmente vinculados à migração não tiveram impacto estatisticamente significativo. O modelo como todo não teve grande poder explicativo sobre a decisão da migração dos prefeitos petistas.

A análise do caso da migração do prefeito de João Pessoa para o PSD foi precedida por uma exploração de diferentes constelações prévias e dinâmicas que levaram à separação em Osasco, João Pessoa e Corumbá. Verificamos diferentes pontos de partida em relação aos laços que unem o PT e os respectivos prefeitos em primeiro mandato, mas também diferentes dinâmicas quanto à situação do PT no município e finalmente uma variedade muito grande quanto aos cálculos de diferentes partidos e candidatos na fase do pré-posicionamento para definir as candidaturas.

No caso de João Pessoa a combinação entre dois fatores (a fraqueza do PT no município e as ambições políticas do prefeito Cartaxo) forneceram juntas condições (necessárias, mas não suficientes) para uma gradual decisão calculada pela separação. Não houve conflito irreconciliável entre partido e candidato em função do governo anterior, de disputas pessoais ou de conflitos ideológicos. Com um prefeito menos ambicioso ou um PT com maior base eleitoral no município, as negociações para as próximas eleições dificilmente teriam caminhado na direção de uma mudança radical na base eleitoral. Uma vez iniciada a busca por alternativas o próximo elemento na cadeia causal foi o sucesso do prefeito de ampliar a sua base de apoio ao governo da prefeitura. Novamente, na ausência desta condição (sucesso na integração de partidos localmente importantes) a decisão de abandonar a antiga base dificilmente teria se realizado. Finalmente, a decisão do STF garantindo ao prefeito a permanência no mandato em caso de uma migração para outro partido foi a última peça que fez a balança pender a favor da migração, porque agora estaria garantida a ausência de qualquer custo imediato pelo abandono do partido que o elegeu ao cargo em 2012.

O exercício de tratar o mesmo fenômeno com duas abordagens diferentes para analisar os dados empíricos se mostrou frutífero. Cada uma das abordagens revelou facetas da realidade que ficam encobertas na outra. Tanto os resultados positivos como os negativos da regressão nos dão pistas sobre o impacto de determinados fatores sem, no entanto, revelar os mecanismos causais que ligam a causa ao efeito. Porque a probabilidade de migração aumenta em Estados com governadores opositoristas? Quais são as pressões exercidas, quais os canais de negociação e de sinalização de custos e benefícios?

Da mesma forma a descrição de casos individuais de migração e análise pormenorizada de um caso revelou constelações multifacetadas. Os vínculos preexistentes entre políticos e partidos são elementos importantes para definir o ponto de partida para uma eventual migração; prefeitos migram porque repentinamente entram em choque com o partido ou porque lentamente ajustam o seu cálculo político; decisões políticas unilaterais são interpretadas como sinalizações e provocam reações em outros atores. Estas constelações de condições paralelas e sequenciais dificilmente podem ser reproduzidas em modelos de regressão, mas são parte importante da explicação do conjunto de causas que levaram a uma migração.

O próximo passo da análise será a integração de ambas as abordagens, frequentista e baseada em mecanismos. Esta demandará que perguntas levantadas na regressão (porque o partido do Governador importa) serão levadas para o estudo de caso, para buscar respostas neste outro campo, da mesma forma que fatores considerados relevantes na análise de caso (a ambição do prefeito e a fraqueza do partido) podem ser operacionalizados para um maior número de casos, para testar a possibilidade de generalização do achado no caso individual.

6. Referências bibliográficas

Beach, Derek; Pedersen, Ramus B. *Causal Case Study Methods: Foundations and Guidelines for Comparing, Matching, and Tracing*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.

Desposato, Scott. The Impact of Federalism on National Party Cohesion in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 29, n. 2, p. 259-285, mai. 2004.

Diniz, Simone. Migrações partidárias e o calendário eleitoral. *Revista de Sociologia e Política* n. 15, p. 31-48, 2000.

Fernandes, Jean L. M.; Faganello, Marco A. Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2012). *Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil*, v. 3, n. 7, p. 1-15, jun. 2016.

Ferreira, Marcelo C. As migrações partidárias e a correlação de forças na Câmara dos Deputados (1995-2006). *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 38, p. 205-215, fev. 2011

Freitas, Andréia. Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 4, p. 951-986, 2012.

Gerring, John. What is a Case Study and what is it good for? *The American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p. 341-354, May 2004.

King, Gary; Keohane, Robert O. e Verba, Sidney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

Melo, Carlos R. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Novaes, Lucas M. Promiscuous Politicians and the Problem of Party Building. *APSA 2014 Annual Meeting Paper*, 2014. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2453467>

Lista de reportagens consultadas

Para o caso de Osasco

João Paulo Cunha decide renunciar à candidatura a prefeito de Osasco, *Portal G1-Christiana Lobo*, 31 ago. 2012. Disponível em: <http://migre.me/wHkkr>

Ato anti-impeachment elege Temer como novo alvo, mas não poupa Dilma, *BBC Brasil*, 16 dez. 2015. Disponível em: <http://migre.me/wHkxu>

Prefeito de Osasco sobre o impeachment: golpe político, *QG Notícias*, 18 abril 2016. Disponível em: <http://migre.me/wHkII>

Carlinhos tem a pior avaliação entre prefeitos do PT, diz “Veja”, *O vale*, 30 jun. 2015. Disponível em: <http://migre.me/wHkWl>

Pesquisa aponta rejeição a Jorge Lapas e ameaça à reeleição em Osasco – dados acendem luz vermelha no PT, *Jornal do Trem e Folha do Ônibus*, 12 jun. 2015. Disponível em: <http://migre.me/wHkYI>

Disputa interna pode forçar prefeito Jorge Lapas dar adeus ao PT, *QG Notícias*, 14 jun. 2015. Disponível em: <http://migre.me/wHl8h>.

Saída do prefeito de Osasco (SP) do PT deve-se muito a João Paulo Cunha, *Época*, 29 mar. 2016. Disponível em: <http://migre.me/wHldZ>

FACEBOOK: Prefeito Lapas publica decisão de sair do PT e ida ao PDT, *QG Notícias*, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://migre.me/wHlv4>

Em coletiva de imprensa, prefeito de Osasco explica motivos de sua desfiliação do PT, *RCTV Interativa Oficial*, 28 mar. 2016. Disponível em: <http://migre.me/wHlCK>

Deputado Valmir Prascidelli e vereadores do PT fazem apelo para que Lapas fique, *Portal Região Oeste*, 24 mar. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/toHzSW>

João Paulo Cunha, agita a militância e ataca o ex-petista Jorge Lapas, prefeito de Osasco, *Blog Juca Rasco*, 7 abr. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/g76W5x>

Para o caso de João Pessoa

Prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo, deixa PT e filia-se ao PSD, *Portal JPB*, 17 set. 2015. Disponível em: <http://migre.me/wHmph>

PT da Paraíba rompe com Luciano Cartaxo após anúncio de desfiliação, *Portal G1-Paraíba*, 18 set. 2015. Disponível em: <http://migre.me/wHmiF>

Luciano e Lucélio Cartaxo anunciam saída do PT e ingresso no PSD, *O Vale News*, 19 set. 2016. Disponível em: <http://migre.me/wHmvZ>

Anísio Maia revela frustração por saída de Cartaxo do PT, *Mais PB*, 19 set. 2015. Disponível em: <http://migre.me/wHmF3>

Aliança abalada? Aliada de Luciano Cartaxo lamenta “falta de gestos” do PSD com os tucanos em João Pessoa, *Portal SI*, 28 abr. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/QZ7ASv>

Rompimentos e traições marcam alianças políticas na Paraíba, *Jornal da Paraíba*, 13 mar. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/ALby4C>

Para o caso de Corumbá

Paulo Duarte surpreende e desiste de deixar presidência do PT”, *MS Notícias*, 21 jan. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/CGnYGM>

Em crise, Paulo Duarte deixa o PT para dedicação “exclusiva” a Corumbá, *Correio do Estado*, 3 out. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/TVqiws>. É curioso observar que nos dois casos o afastamento de funções diretivas foi tomado pela imprensa como sinônimo de afastamento do próprio partido.

Paulo Duarte deixa a presidência do Diretório Estadual do PT, *Diário Corumbaense*, 3 out. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/pyDCvT>

Delcídio do Amaral foi o primeiro senador a ser preso no exercício do mandato, *Senado Notícias*, 10 mai. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/H4o2NT>.

Em carta, Delcídio pede desfiliação do Partido dos Trabalhadores, *Portal G1-Política*, 15 mar. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/zdtPxy>

Rumores apontam que Paulo Duarte está de saída do PT, *Mídia Max*, 04 mar. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/T13RzP>

Depois de convite público de Dagoberto, Paulo Duarte anuncia filiação ao PDT, *Diário Corumbaense*, 16 mar. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/9vopHY>

Cinco meses depois de deixar PT, prefeito deve escolher o PDT, *Correio do Estado*, 15 mar. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/zX4SRN>